

Lei nº 4.517, 19 de novembro de 2010.

Dispõe sobre normas gerais referentes às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do município de São João Del Rei, e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de São João del Rei, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
Disposições Preliminares:

Art. 1º - Ficam estabelecidas normas gerais conferindo tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme legalmente definidas, no âmbito do município de São João Del Rei, em especial ao que se refere:

- I** – aos benefícios fiscais dispensados às micro e pequenas empresas;
- II** – à preferência nas aquisições de bens e serviços pelo Poder Público;
- III** – à inovação tecnológica e à educação empreendedora;
- IV** – ao associativismo e às regras de inclusão;
- V** – ao incentivo à geração de empregos;
- VI** – ao fomento do turismo e dos eventos culturais;
- VII** – ao incentivo à formalização de empreendimentos.

Art. 2º - O tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 1º desta Lei Complementar será gerido pelas instâncias a seguir especificadas:

I – Comitê Gestor Municipal, com as seguintes competências:

- a) Coordenar a Sala do Empreendedor, que abrigará os Comitês criados para a implementação desta Lei;
- b) Gerenciar os subcomitês técnicos que atenderão às demandas específicas, decorrentes do disposto nesta Lei;
- c) Coordenar as parcerias necessárias ao desenvolvimento dos subcomitês técnicos que compõem a Sala do Empreendedor;
- d) Rever os valores expressos em moeda, previstos nesta Lei.

Art. 3º - Para as hipóteses não contempladas nesta Lei, serão aplicadas as diretrizes da Lei Complementar 123, de 14/12/2006.

Capítulo II

Definição de Pequeno Empresário, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

Seção I – do Pequeno Empresário:

Art. 4º - Para os efeitos desta lei, considera-se pequeno empresário o empresário individual, nos moldes da Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002, em seus artigos 970 e 1179, caracterizado como Microempresa e com seu registro no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

§1º - No caso de pequeno empresário, na forma da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, que aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

§ 2º - Não poderá se enquadrar como empresário individual, nos moldes do *caput* do artigo 1º, a pessoa natural que:

I – possua outra atividade econômica;

II – exerça atividades de natureza intelectual, científica, literária ou artística.

Art. 5º - O empresário individual, nos moldes do *caput* do artigo 1º, quando da sua inscrição municipal, deverá acrescentar ao seu nome a expressão “*Microempresa*” ou a abreviação “*ME*”.

Seção II – Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

Art. 6º - Para os efeitos desta lei, consideram-se Microempresa e Empresa de Pequeno Porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário individual, nos moldes do artigo 966 da Lei 10.406 de 10/01/2002, com seus registros no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00(duzentos e quarenta mil reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

§ 1º - Considera-se receita bruta, para os fins do disposto no *caput* desse artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria; o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 2º - Não se inclui no regime dessa lei a pessoa jurídica definida nos incisos I a X do parágrafo 4º do artigo 3º, da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006.

Capítulo III **Da Inscrição e Baixa:**

Art. 7º - A Administração Municipal determinará a todos os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, que os procedimentos sejam devidamente simplificados, de modo a evitar exigências ou trâmites redundantes, tendo por fundamento a unicidade do processo de registro e legalização de empresas.

Art. 8º - Deverá a Administração Municipal, em ocorrendo a implantação de cadastros sincronizados ou banco de dados nas esferas administrativas superiores, firmar os convênios que se manifestarem necessários à celeridade e simplificação dos procedimentos.

Art. 9º - A Administração Municipal permitirá o funcionamento residencial de estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, cujas atividades estejam de acordo com o *Código de Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saúde*.

Parágrafo único – A permissão de que trata o *caput* poderá ser cassada a partir do momento em que, sob fundamento da inviolabilidade domiciliar, o empresário obstar o ingresso dos agentes fiscalizadores.

Art. 10 – Com o objetivo de orientar os empreendedores e simplificar os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no município, fica criada a *Sala do Empreendedor*, com as seguintes competências:

I – disponibilização, aos interessados, das informações necessárias à emissão da inscrição municipal e alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas na rede mundial de computadores e nos meios eletrônicos de comunicação oficial;

II – emissão da Certidão de Zoneamento na área do empreendimento;

III – emissão do Alvará Provisório / Digital, nos casos definidos no artigo 5º;

IV – deferimento ou indeferimento dos pedidos de inscrição municipal, em até 5 (cinco) dias úteis contados da formulação do pedido;

V – emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;

VI – orientação sobre os procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento, bem como a situação fiscal e tributária das empresas.

§ 1º - Na hipótese de indeferimento, o interessado será informado sobre os fundamentos que a amparam, e será oferecida orientação para a adequação à exigência legal.

§ 2º - Visando à implementação da *Sala do Empreendedor*, a Administração Municipal poderá firmar parceria com outras instituições, para oferecer orientação sobre a abertura, funcionamento e encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.

Art. 11 – A Administração Municipal instituirá o Alvará de Funcionamento Provisório / Digital, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

§ 1º - O deferimento do alvará previsto no *caput* deste artigo não se aplica aos casos de atividades eventuais, de comércio ambulante e de autônomos não estabelecidos, os quais serão regidos por regras específicas, conforme definido em lei municipal.

§ 2º - O pedido de Alvará Provisório / Digital deverá ser precedido da expedição do formulário de consulta prévia para fins de localização, emitido pela *Sala do Empreendedor*.

§ 3º - Ficará disponibilizado, no site do município, o formulário de aprovação prévia, que será transmitido por meio da *Sala do Empreendedor* no prazo máximo de 48 horas.

Art. 12 – Os órgãos e entidades competentes definirão, em 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei, as atividades cujo grau de risco seja considerado alto, e que exigirão vistoria prévia.

Art. 13 – Constatada a inexistência de “*habite-se*”, o interessado será intimado a apresentar protocolo de processo de regularização do prédio, ou do processo de pedido de “*habite-se*”, caso já possua projeto aprovado.

Parágrafo Único – O “*habite-se*” será exigível no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de qualquer dos protocolos previstos no *caput* deste artigo, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante requerimento fundamentado.

Art. 14 – Serão responsabilizados pelos danos causados à empresa, ao Município e / ou a terceiros, todos os agentes que dolosamente prestarem informações falsas ou em desacordo com as Legislações Federal, Estadual ou Municipal pertinentes, sobretudo as que definem os crimes contra a ordem tributária.

Art. 15 – O Alvará Provisório será cassado se:

I – no estabelecimento, for exercida atividade diversa daquela cadastrada;

II – forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco, por qualquer forma, a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança, ou da coletividade;

III – ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;

IV – for verificada a falta de recolhimento das taxas de licença de localização e funcionamento.

Art. 16 – Às empresas ativas ou inativas que estiverem em situação irregular, na data da publicação desta lei, será concedido o prazo de 90 (noventa) dias, a fim de que promovam o respectivo recadastramento, sendo-lhes facultado, nesse período, operar com o alvará provisório, emitido pela *Sala do Empreendedor*, observado o disposto no art. 11 desta Lei.

Art. 17 – As MPE's que se encontrarem sem movimento há mais de três anos consecutivos, poderão efetivar a baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independentemente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das declarações.

Parágrafo Único – Em prazo idêntico ao mencionado no caput, poderá a municipalidade baixá-la ex-offício.

Capítulo IV Dos Tributos e Contribuições

Art. 18 – Ficam mantidos até 1º de julho de 2007 pelo Poder Público Municipal todos os benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte, formalizadas até a referida data, conforme disposição da Lei Complementar nº 123/2006 e conseqüentes ajustes do Comitê Gestor Federal, sendo exigido qualquer majoração tributária somente a partir de 1º de janeiro de 2008.

Art. 19 – Por força do artigo 35 da Lei Complementar 123/2006, aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, as normas relativas aos juros, multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda.

Parágrafo Único – Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas na Lei Complementar 123/2006, porém não optantes do Simples Nacional, os dispositivos do Código Tributário Municipal.

Art. 20 – As microempresas e empresas de pequeno porte, optantes do Simples Nacional, não poderão apropriar-se nem transferir créditos ou contribuições nele previstas, bem como utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal.

§ 1º - No caso dos serviços previstos no § 2º do art. 6º da lei Complementar 116 de 31/07/2003, prestados por microempresas e empresas de pequeno porte, o tomador do serviço deverá reter o montante correspondente na forma da legislação do município onde estiver localizado, que será abatido do valor a ser recolhido nos moldes da Lei Complementar 123/2006.

§ 2º - Para as hipóteses de venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte, deverá o Poder Público Municipal, independentemente da receita bruta recebida no mês pelo contribuinte, estabelecer valores fixos mensais para recolhimento do ISS devido por microempresa e empresa de pequeno porte enquadradas na Lei Complementar 123/2006, e que aufera receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme disposto no § 14, inc. II, e parágrafos 18 e 19, todos do artigo 18 da referida Lei Complementar Federal, e atendidas as exigências definidas pelo respectivo Comitê Gestor .

Art. 21 – Deverão ser aplicados os incentivos fiscais municipais de qualquer natureza às microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas na Lei Complementar 123/2006, porém não optantes do Simples Nacional, desde que preenchidos os requisitos e condições legais estabelecidos.

Art. 22 – A Sala do Empreendedor, prevista nesta Lei, deverá atribuir todas as orientações, informações e conclusões relativas a este capítulo às microempresas e empresas de pequeno porte nela enquadradas, podendo, ainda, disponibilizar material para compreensão e capacitação do empreendedor .

Art. 23 – É concedido parcelamento, em até 120 parcelas mensais sucessivas, cujos valores não serão inferiores a R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), dos débitos relativos ao ISSQN e demais débitos com o município, de responsabilidade das MPE's, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2006.

Art. 24 – O Poder Público Municipal recolherá, por meio de documento único de arrecadação, todas as taxas e contribuições existentes, ou que venham a ser criada

Capítulo V **Do Acesso aos Mercados**

Seção I – Acesso às Compras Públicas

Art. 25 – Nas contratações públicas de bens e serviços do Município, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando:

I – a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

II – a ampliação da eficiência das políticas públicas;

III – o fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais;

IV – apoio às iniciativas de comércio justo e solidário.

Art. 26 – Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, o Município deverá:

I – instituir cadastro próprio para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de também estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras;

II – divulgar as contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contratações, no site oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

III – padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar, através da Sala do Empreendedor, as microempresas e empresas de pequeno porte a fim de tomar conhecimento das especificações técnico-administrativas.

Art. 27 – A Administração Municipal deverá realizar licitação presencial ou eletrônica, descrevendo o objeto da contratação de modo a não excluir a participação das microempresas e empresas de pequeno porte locais no processo licitatório.

Art. 28 – As contratações diretas, por dispensas de licitação com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8666 de 1993, deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município ou região.

Art. 29 – Para habilitação em quaisquer licitações do município, para fornecimento de bens para pronta entrega, ou serviços imediatos, bastará à microempresa e à empresa de pequeno porte a apresentação dos seguintes documentos:

I – ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;

II – inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação.

Art. 30 - Nas licitações públicas do município, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida somente para efeito de assinatura do contrato, ou de instrumento equivalente.

§ 1º - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado ao interessado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação da devida comprovação desses atos.

§ 2º - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 31 - A empresa vencedora da licitação deverá preferencialmente subcontratar serviços ou insumos de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º - A exigência de que trata o caput deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado.

§ 2º - É vedada à administração pública a exigência de subcontratação de itens determinados, ou de empresas específicas.

Art. 32 - Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-á o seguinte:

I – o edital de licitação estabelecerá que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas nas propostas dos licitantes, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

II – a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;

III – demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso II, a Administração Pública Municipal deverá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada.

Art. 33 - Nas licitações para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, nas hipóteses definidas em decreto, a Administração Pública Municipal deverá reservar cota de até 50% (cinquenta por cento) do objeto, para a contratação de microempresas e até 80% (oitenta por cento) para empresas de pequeno porte.

Parágrafo Único - Não havendo vencedor para a cota reservada, esta deverá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

Art. 34 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º - Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à melhor oferta dentre as apresentadas pelas demais empresas.

§ 2º - Na modalidade de pregão o intervalo percentual estabelecido no § 1º será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 35 - Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço igual ou inferior à empresa considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o contrato em seu favor;

II – na hipótese da não-contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, por inobservância ao disposto no inciso anterior, serão convocadas as remanescentes para o exercício do mesmo direito, observada a respectiva ordem classificatória;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, o desempate se dará pelo critério do maior número de empregados pelas empresas, segundo a RAIS.

§ 1º - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º - O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º - No caso de Pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III do caput.

Art. 36 - A Administração Pública Municipal deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 37 - A Administração Municipal dará prioridade ao pagamento às microempresas e empresas de pequeno porte para os itens de pronta e imediata entrega.

Art. 38 - A Administração Municipal dará prioridade nas compras governamentais às microempresas e empresas de pequeno porte que integrem o circuito Estrada Real.

Art. 39 - Não se aplica o disposto nesta seção quando:

I – os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública Municipal, ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Seção II – Estímulo ao Mercado Local

Art. 40 - A Administração Municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros municípios de grande comercialização.

Capítulo VI Das Relações do Trabalho

Seção I – Da Segurança e da Medicina do Trabalho

Art. 41 - As microempresas serão estimuladas pelo poder público e pelos Serviços Sociais Autônomos a formar consórcios para acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.

Art. 42 - O Poder público municipal poderá formar parcerias com Sindicatos, Universidades, Hospitais, Centros de Saúde, Centros de Referência do Trabalhador, para implantar Relatório de Atendimento Médico ao Trabalhador, com o intuito de mapear os acidentes de trabalho ocorridos nas empresas de sua região, e por meio da Secretaria de Vigilância Sanitária municipal e demais parceiros, promovendo a orientação das MPEs em Saúde e Segurança no Trabalho, a fim de reduzir ou eliminar os acidentes.

Art. 43 - O Poder público municipal poderá formar parcerias com Sindicatos, Universidades, Associações Comerciais, para orientar as microempresas e as empresas de pequeno porte quanto à dispensa :

I – da afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências;

II – da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;

III – de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;

IV – da posse do livro intitulado “Inspeção do Trabalho”;

V – de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

Art. 44 - O Poder Público Municipal, independentemente do disposto no artigo anterior, também deverá expedir orientações no sentido de que não estão dispensadas as microempresas e as empresas de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

I – anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

II – arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescritas tais obrigações;

III – apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP;

IV – apresentação das Relações Anuais de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, bem como do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

Art. 45 - O Poder Público Municipal, no ato de inscrição ou pedido de alvará de funcionamento, poderá informar e orientar, no que se referem às obrigações previdenciárias e trabalhistas, o empresário com receita bruta anual no ano-calendário anterior de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) de que é concedido, ainda, o

seguinte tratamento especial, até o dia 31 de Dezembro do segundo ano subsequente ao de sua formalização:

I – faculdade de o empresário ou os sócios da sociedade empresária contribuir para a Seguridade Social, em substituição à contribuição de que trata o caput do artigo 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do § 2º do mesmo artigo, na redação dada por esta Lei Complementar;

II – dispensa do pagamento das contribuições sindicais de que trata a Seção I do Capítulo III do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

III – dispensa do pagamento das contribuições de interesse das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o artigo 240 da Constituição Federal, denominadas terceiros, e da contribuição social do salário-educação prevista na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996;

IV – dispensa do pagamento das contribuições sociais instituídas pelos artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Parágrafo Único - Os benefícios referidos neste artigo somente poderão ser usufruídos por até 3 (três) anos-calendário.

Capítulo VII **Da Fiscalização Orientadora**

Art. 46 - A fiscalização municipal referente aos aspectos tributário, de uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às microempresas e empresas de pequeno porte, deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 1º - Nos moldes do *caput* deste artigo, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração.

§ 2º - Nas visitas realizadas pelos fiscais, poderão ser lavrados termos de adequação de conduta.

Capítulo VIII Do Associativismo

Art. 47 - A Administração Pública Municipal estimulará a organização de empreendedores, fomentando o associativismo, o cooperativismo e os consórcios em busca da competitividade, e contribuindo para o desenvolvimento local integrado e sustentável.

§ 1º - O associativismo, o cooperativismo e os consórcios referidos no *caput* deste artigo destinar-se-ão ao aumento de competitividade, bem como a sua inserção em novos mercados internos e externos, por meio de ganhos de escala, redução de custos, gestão estratégica, elevação de capacitação, e acesso ao crédito e a novas tecnologias.

§ 2º - É considerada sociedade cooperativa, para efeitos dessa lei, aquela devidamente registrada nos órgãos públicos e entidades previstas na legislação federal.

Art. 48 - A Administração Pública Municipal deverá identificar a vocação econômica do Município e incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais relacionadas a ela, por meio de associações e cooperativas.

Art. 49 - O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município através do (a):

I – estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do município, visando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II – estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III – estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo, fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV – criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa, destinadas à exportação;

V – apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;

VI – cessão de bens e imóveis do município;

VII – isenção do pagamento de Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana, sob a condição de que cumpram as exigências legais da legislação tributária do Município.

Art. 50 - A Administração Pública Municipal poderá firmar convênios operacionais com cooperativas de crédito legalmente constituídas, para a prestação de serviços, especialmente quanto à arrecadação de tributos e ao pagamento de vencimentos e proventos dos servidores públicos municipais, ativos e inativos, e dos pensionistas da administração direta e indireta, por opção destes.

Art. 51 - A Administração Pública Municipal poderá aportar recursos complementares em igual valor aos recursos financeiros do Codefat – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, disponibilizados através da criação de programa específico para as cooperativas de crédito de cujos quadros de cooperados

participem micro empreendedor, empreendedores de microempresa e empresa de pequeno porte, bem como suas empresas.

Capítulo IX **Do Estímulo ao Crédito e Capitalização**

Art. 52 - A Administração Pública Municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das empresas de micro e pequeno porte, reservará, em seu orçamento anual, percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e/ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou pela União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

Art. 53 - A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas através de instituições, tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município, ou da região.

Art. 54 - A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito, com atuação no âmbito do Município, ou da região.

Art. 55 - A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, públicas e privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 56 - A Administração Pública Municipal fica autorizada a criar o Comitê Estratégico de Orientação ao Crédito, coordenado pelo Poder Executivo do Município, e constituído por agentes públicos, representantes da Associação dos Municípios da Microrregião dos Campos das Vertentes (AMVER), associações empresariais,

profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro e de capitais, com objetivo de sistematizar as informações relacionadas a crédito e financiamento, disponibilizando-as aos empreendedores e às microempresas e empresas de pequeno porte do município, por meio da Sala do Empreendedor .

§ 1º - Por meio do Comitê de que trata o *caput*, a administração pública municipal disponibilizará as informações necessárias ao Micros e Pequenos Empresários localizados no município, visando à obtenção de linhas de crédito desburocratizadas, e menos onerosas.

§ 2º - Também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, devendo a administração municipal estabelecer todos os requisitos necessários à obtenção deste benefício.

§ 3º - A participação no Comitê de que trata o *caput* não será remunerada.

Art. 57 - A Administração Pública Municipal poderá, junto às instituições financeiras, criar ou participar de fundos destinados à constituição de garantias a serem utilizadas em operações de empréstimos bancários solicitados por empreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidos no município, visando à obtenção de capital de giro, investimentos em máquinas e equipamentos, bem como à realização de projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas.

Art. 58 - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado, através de sua Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho – SERT, destinado à concessão de créditos a microempreendimentos do setor formal ou informal instalados no Município, para concessão de capital de giro e investimentos em máquinas e equipamentos, ou em projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas, nos termos da Lei Estadual nº 15.398 de 16 de novembro de 2004, e do Decreto nº 43.442 de 17 de julho de 2003.

Art. 59 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar TERMO DE ADESÃO AO BANCO DA TERRA (ou seu sucedâneo) com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando à instituição do Núcleo Municipal Banco da Terra, conforme definido por meio da Lei Complementar 93, de 4/2/1998, e Decreto Federal 3.475, de 19/5/2000, para a criação do projeto BANCO da TERRA, cujos recursos serão destinados à concessão de créditos a microempreendimentos do setor rural, no âmbito de programas de reordenação fundiária.

Capítulo X Do Estímulo à Inovação

SEÇÃO I - Disposições Gerais

Art. 60 - Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - Inovação: a concepção de um novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade no mercado;

II - Agência de Fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada, que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

III - Instituição Científica e Tecnológica – ICT : órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico ou tecnológico;

IV - Núcleo de Inovação Tecnológica: núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação;

V - Instituição de Apoio: instituições criadas sob o amparo da Lei n.º 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

VI – Incubadora de Empresas: ambiente destinado a abrigar microempresas e empresas de pequeno porte, cooperativas e associações nascentes em caráter temporário, dotado de espaço físico delimitado e infra-estrutura, e que oferece apoio para consolidação dessas empresas.

VII – Parque Tecnológico: empreendimento implementado na forma de projeto urbano e imobiliário, com delimitação de área para a localização de empresas, instituições de pesquisa e serviços de apoio, para promover pesquisa e inovação tecnológica e dar suporte ao desenvolvimento de atividades empresariais intensivas em conhecimento.

VIII – Condomínios Empresarias : a edificação ou conjunto de edificações destinadas a atividade industrial ou de prestação de serviços, ou comercial, na forma da lei.

SEÇÃO II – Do Apoio à Inovação

Subseção I – Da Gestão da Inovação

Art. 61 – Poder Público Municipal poderá criar a Comissão Permanente de Tecnologia do Município, com a finalidade de promover a discussão de assuntos relativos à pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico de interesse do Município.

§ 1º - São assuntos de competência da Comissão de que trata o presente artigo o acompanhamento dos programas de tecnologia do Município, bem como a proposição de ações na área de Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse do Município, vinculadas ao apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte.

§ 2º - A comissão referida no *caput* deste artigo será constituída por representantes, titulares e suplentes, de instituições científicas e tecnológicas, centros de pesquisa tecnológica, agências de fomento e instituições de apoio, associações de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de Secretaria Municipal que o Poder Público vier a indicar .

Subseção II – Do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica

Art. 62 – O Poder Público Municipal poderá instituir, o Fundo Municipal de Inovação Tecnológica – FMIT, com o objetivo de fomentar a inovação tecnológica no Município e de incentivar as empresas nele instaladas a realizar investimentos em projetos de pesquisa científica, tecnológica, e de inovação.

§ 1º - Os recursos que compõem o FMIT serão utilizados no financiamento de projetos que contribuam para expandir e consolidar centros empresariais de Pesquisa e Desenvolvimento, e elevar o nível de competitividade das empresas inscritas no Município, pela inovação tecnológica de processos e produtos.

§ 2º - Não será permitida a utilização dos recursos do FMIT para custear despesas correntes de responsabilidade da Prefeitura Municipal, ou de qualquer outra instituição, exceto quando previstas em projetos ou programas de trabalho de duração previamente estabelecida.

§ 3º - Constituem receita do FMIT:

I - Dotações consignáveis no orçamento geral do Município ;

II - Recursos dos encargos cobrados das empresas beneficiárias do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Município;

III - Recursos decorrentes de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos ou instituições de natureza pública, inclusive agências de fomento.

IV - Convênios, contratos e doações realizados por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;

V - Doações, auxílios, subvenções e legados, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do país ou do exterior;

VI - Retorno de operações de crédito, encargos e amortizações, concedidos com recursos do FMIT;

VII - Recursos de empréstimos realizados com destinação para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;

VIII - Recursos oriundos de heranças não reclamadas;

IX - Rendimentos de aplicação financeira dos seus recursos;

X - Outras receitas que, após autorização legislativa, vierem a ser destinadas ao Fundo.

Art. 63 - A regulamentação das condições de acesso aos recursos do FMIT, bem como as normas que regerão a sua operação, inclusive a unidade responsável por sua gestão, serão definidas em ato do Poder Executivo Municipal, a ser providenciado em até 60 dias úteis após a sua criação.

Art. 64 - O FMIT poderá conceder recursos financeiros através das seguintes modalidades de apoio:

- a) Bolsas de estudo para estudantes graduados, desde que de interesse para o Município;
- b) Bolsas de iniciação técnico-científica, para alunos do 2º Grau e universitários, desde que de interesse para o Município;
- c) Auxílios para elaboração de teses, monografias e dissertações, para graduandos e pós-graduandos, desde que de interesse para o Município;
- d) Auxílio à pesquisa e estudos, para pessoas físicas e jurídicas;
- e) Auxílio à realização de eventos técnicos, encontros, seminários, feiras, exposição e cursos organizados por instituições e entidades;
- f) Auxílio para obras e instalações-projetos de aparelhamento de laboratório e construção de infra-estrutura técnico-científica, de propriedade do Município.

Art. 65 - Somente poderão ser apoiados com recursos do FMIT os projetos que apresentem mérito técnico compatível com a sua finalidade, natureza e expressão econômica.

Art. 66 - Sempre que se fizer necessária, a avaliação do mérito técnico dos projetos, bem como da capacitação profissional dos proponentes, será procedida por pessoas de comprovada experiência no respectivo campo de atuação.

Art. 67 - Os recursos do FMIT serão concedidos às pessoas físicas e/ou jurídicas que apresentem ao Município projetos portadores de mérito técnico, de forma a ensejar o desenvolvimento da Municipalidade, mediante contratos ou convênios nos quais serão fixados os objetivos do projeto, o cronograma físico-financeiro, as condições de prestação de contas, as responsabilidades das partes e as penalidades contratuais, obedecidas as prioridades que vierem a ser estabelecidas pela Política Municipal de Ciência e Tecnologia.

Art. 68 - A concessão de recursos do FMIT poderá se dar pelas seguintes formas :

- a) Fundo perdido;
- b) Apoio financeiro reembolsável;
- c) Financiamento de risco;
- d) Participação societária.

Art. 69 - Os beneficiários de recursos previstos nesta lei farão constar o apoio recebido do FMIT quando da divulgação dos projetos e atividades, bem como de seus respectivos resultados.

Art. 70 - Os resultados ou ganhos financeiros, decorrentes da comercialização dos direitos sobre conhecimentos, produtos e processos que porventura venham a ser gerados, em função da execução de projetos e atividades levadas a cabo com recursos municipais, serão revertidos em favor do FMIT e destinados às modalidades de apoio estipuladas no inciso V do art. 60 desta Lei.

Art. 71 - Os recursos arrecadados pelo Município, gerados por aplicação do FMIT, a qualquer título, serão integralmente revertidos em favor deste fundo.

Art. 72 - Somente poderão receber recursos aqueles proponentes que estejam em situação regular frente ao Município, aí incluídos o pagamento de impostos devidos e a prestação de contas relativas a projetos de ciência e tecnologia, já aprovados e executados com recursos do Poder Executivo Municipal.

Art. 73 - O Poder Público indicará Secretaria Municipal que será responsável pelo acompanhamento das atividades que vierem a ser desenvolvidas no âmbito do FMIT, zelando pela eficiência e economicidade no emprego dos recursos, e fiscalizando o cumprimento de acordos que venham a ser celebrados.

Subseção III – Da Suplementação pelo Município de Projetos de Fomento à Inovação

Art. 74 – O Poder Público Municipal divulgará, anualmente, a parcela de seu orçamento anual que destinará à suplementação e ampliação do alcance de projetos governamentais de fomento à inovação e à capacitação tecnológica, que beneficiem microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no Município.

§ 1º - Os recursos referidos no *caput* deste artigo poderão:

I - Suplementar ou substituir contrapartida das empresas atendidas pelos respectivos projetos;

II - Cobrir gastos com divulgação e orientação destinada a empreendimentos que possam receber os benefícios dos projetos;

III - Servir como contrapartida de convênios com entidades de apoio a microempresas e empresas de pequeno porte, em ações de divulgação dos projetos, atendimento técnico e disseminação de conhecimento.

§ 2º - O Poder Público Municipal criará, por si ou em conjunto com entidade por ele designada, serviço de esclarecimento e orientação sobre a operacionalização dos projetos referidos no *caput* deste artigo, visando ao enquadramento de microempresas e empresas de pequeno porte, e à adoção correta dos procedimentos para tal necessários.

§ 3º – O serviço referido no *caput* deste artigo compreende:

I - A divulgação de editais e outros instrumentos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação de microempresas e empresas de pequeno porte;

II - A orientação sobre o conteúdo dos instrumentos, as exigências neles contidas e respectivas formas de atendê-las;

III – O apoio no preenchimento de documentos e formulários, bem como na elaboração de projetos;

IV – O recebimento de editais, e seu encaminhamento a entidades representativas de micro e pequenos negócios;

V – A promoção de seminários sobre modalidades de apoio tecnológico, suas características e forma de operacionalização.

Subseção IV – Dos Incentivos fiscais à Inovação

Art. 75 – Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover desoneração, sob a forma de crédito fiscal, das atividades de inovação executadas por microempresas e empresas de pequeno porte, individualmente ou de forma compartilhada.

§ 1º – A desoneração referida no *caput* deste artigo terá a forma de crédito fiscal cujo valor será equivalente ao despendido com atividades de inovação, limitado ao valor máximo de 50% dos tributos municipais devidos.

§ 2º - Poderão ser depreciados na forma de legislação vigente os valores relativos a dispêndios decorrentes das instalações fixas e aquisição de aparelhos, máquinas e equipamentos destinados à utilização em programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, metrologia, normatização técnica e avaliação de conformidade, aplicáveis a produtos, processos, sistemas e pessoal, procedimentos de autorização de registros, licenças, homologações e suas formas correlatas, bem como relativos a procedimentos de proteção de propriedade intelectual, podendo o saldo não depreciado ser excluído na determinação do lucro real, no período de apuração em que for concluída a sua utilização.

§ 3º - As medidas de desoneração fiscal previstas neste artigo poderão ser usufruídas desde que :

I - O contribuinte notifique previamente o Poder Público Municipal, manifestando sua intenção de se valer delas;

II - O beneficiado mantenha, a todo tempo, registro contábil organizado das atividades incentivadas.

§ 4º - Para fins da desoneração referida neste artigo, os dispêndios com atividades de inovação deverão ser contabilizados em contas individualizadas por programa realizado.

Subseção V – Do Ambiente de Apoio à Inovação

Art. 76 – O Poder Público Municipal manterá programa de desenvolvimento empresarial, inclusive instituindo incubadoras de empresas, com a finalidade de desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte de vários setores de atividade.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal será responsável pela implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no *caput* deste artigo, por si ou em parceria

com entidades de pesquisa e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de apoio.

§ 2º - As incubadoras de empresas e cooperativas manterão, mediante encargo suportado pelo Poder Público, e de acordo com sua disponibilidade, espaço físico adequado à instalação temporária de escritórios e laboratórios, para uso compartilhado pelas empresas e cooperativas incubadas, constituído por:

I - Sala de reunião;

II - Auditório;

III - Área para demonstração de produtos, processos e serviços das empresas;

IV - Secretaria;

V - Escritório;

VI - Instalações laboratoriais.

§ 3º - A Prefeitura Municipal manterá, por si ou juntamente com a entidade gestora que designar, e por meio de pessoal de seus quadros ou mediante convênios, órgão destinado à prestação de assessoria e avaliação técnica a microempresas e a empresas de pequeno porte.

§ 4º - O prazo máximo de permanência no programa de incubação será de 02 (dois) anos, a partir de quando as empresas passam a deter suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial. Em casos excepcionais, poderá haver uma única prorrogação por igual período, precedida da devida avaliação técnica. Findo o prazo, as empresas participantes da incubação serão transferidas para área de seu domínio, ou para aquela que, mediante ocupação preferencial, vier a ser destinada pelo Poder Público Municipal.

Art. 77 - O Poder Público Municipal poderá criar mini-distritos industriais, em local a ser estabelecido por lei complementar, a qual indicará os requisitos para instalação das indústrias, as condições para alienação dos lotes a serem ocupados, o valor para aquisição, o título e critério de sua ocupação e o reajuste das contraprestações, bem como as obrigações geradas pela aprovação dos projetos de instalação e demais condições de operação.

§ 1º - As indústrias que se instalarem nos mini-distritos do Município terão direito a isenção, durante 02 (dois) anos, e nos casos de efetiva transferência de bens dominiais, do Imposto sobre Propriedade Territorial, assim como das taxas de licença para a execução de obras, pelo mesmo prazo.

§ 2º - As indústrias que se instalarem nos mini-distritos do Município serão beneficiadas pela execução, no todo ou em parte, de serviços de terraplanagem e infraestrutura do terreno, que constarão de edital a ser publicado pela Secretaria Municipal de Planejamento, autorizando o início das obras e estabelecendo as respectivas condições.

Art. 78 – Os incentivos para a constituição de condomínios empresariais e empresas de base tecnológica estabelecidas individualmente, bem como para as empresas estabelecidas em incubadoras, constituem-se de;

I – Isenção de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana pelo prazo de 15 anos, incidentes sobre a construção ou acréscimos realizados no imóvel, inclusive quando se tratar de imóveis locados, salvo se previsto no contrato de locação que o recolhimento do referido imposto seja encargo do locatário;

II – Redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidentes sobre o valor da mão de obra contratada para execução das obras de construção, acréscimos ou reforma realizados no imóvel;

III – Isenção da taxa de licença para estabelecimento;

IV – Isenção da Taxa de Vigilância Sanitária, por 15(quinze) anos, para empresas que exerçam atividades sujeitas ao seu pagamento;

V – Isenção de taxas de licença para execução de obras, taxa de vistoria parcial ou final das obras, incidentes sobre a construção ou acréscimos realizados no imóvel objeto do empreendimento.

§ 1º - Entende-se por empresa incubada aquela estabelecida fisicamente em incubadora de empresas, com constituição jurídica e fiscal própria.

Art. 79 - O Poder Público Municipal apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de área de terreno do Município para essa finalidade.

§ 1º - Para consecução dos objetivos de que trata o *caput*, a Prefeitura Municipal celebrará os instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e outros instrumentos jurídicos específicos, com órgãos da Administração direta ou indireta, de qualquer das esferas governamentais, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos, e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

§ 2º - Para receber os benefícios referidos no *caput*, o parque tecnológico deverá atender aos seguintes critérios, observada a legislação pertinente:

I – Ter personalidade jurídica própria e objeto social específico compatível com as finalidades previstas no parágrafo 1º;

II – Possuir modelo de gestão compatível com a realização de seus objetivos, o qual deverá prever órgão técnico que zele pelo cumprimento do objeto social do Parque Tecnológico;

III – Apresentar projeto urbanístico-imobiliário para a instalação de empresas inovadoras ou intensivas em conhecimento, instituições de pesquisa e prestadoras de serviços, ou de suporte à inovação tecnológica;

IV – Apresentar projeto de planejamento que defina e avalie o perfil das atividades do Parque, de acordo com as competências científicas e tecnológicas das entidades locais, bem como das vocações econômicas regionais;

V – Demonstrar a viabilidade econômica e financeira do empreendimento, incluindo, se necessário, projetos associados, complementares, acessórios ou alternativos, relativamente às atividades principais do Parque;

VI – Demonstrar que dispõe, para desenvolver suas atividades, de recursos próprios ou oriundos de instituições de fomento, instituições financeiras ou e outras instituições de apoio às atividades empresariais.

§ 3º - O Poder Público Municipal indicará Secretaria Municipal a quem competirá :

I - Zelar pela eficiência dos integrantes do Parque Tecnológico, mediante ações que facilitem sua ação conjunta e a avaliação de suas atividades e funcionamento;

II - Fiscalizar o cumprimento de acordos que venham ser celebrados com o Poder Público.

Capítulo XI **Do Acesso à Justiça**

Art. 80 - O Município poderá realizar parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONGs, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às empresas de pequeno porte e microempresas o acesso à justiça, priorizando a aplicação do disposto no artigo 74 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 81 - Fica autorizado o Município a celebrar parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário estadual, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.

§ 1º - Serão reconhecidos de pleno direito os acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia.

§ 2º - O estímulo a que se refere o *caput* compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e honorários cobrados.

§ 3º - Com base no *caput*, o Município também poderá formar parceria com Poder Judiciário, OAB, Universidades, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, como um serviço gratuito.

Capítulo XII **Da Agropecuária e dos Pequenos Produtores Rurais**

Art. 82 – O Poder Público Municipal poderá promover parcerias com órgãos governamentais, entidades de pesquisa rural e de assistência técnica a produtores rurais, que visem à melhoria da produtividade e da qualidade de produtos rurais, mediante aplicação de conhecimento técnico na atividade produtora de microempresas e de empresas de pequeno porte.

§ 1º - Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte sindicatos rurais, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implementação de projetos, mediante geração e disseminação de conhecimento, fornecimento de insumos a pequenos e médios produtores rurais, contratação de serviços para a locação de máquinas, equipamentos e abastecimento, e outras atividades rurais de interesse comum.

§ 2º – Somente poderão receber os benefícios das ações referidas no *caput* os pequenos e médios produtores rurais que, em conjunto ou isoladamente, tiverem seus respectivos planos de melhoria aprovados por Comissão formada por três membros, representantes de segmentos da área rural, indicados pelo Poder Público Municipal, os quais não terão remuneração, observada a rotatividade em sua composição.

§ 3º - Estão compreendidas no âmbito deste artigo as atividades de conversão de sistema de produção convencional para sistema de produção orgânico, entendido como tal aquele no qual se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, com o objetivo de promover a auto-sustentação, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, assim como de organismos geneticamente modificados ou de radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, armazenamento, ou de consumo.

§ 4º - Competirá à Secretaria que for indicada pelo Poder Público Municipal disciplinar e coordenar as ações necessárias à consecução dos objetivos das parcerias referidas neste artigo.

Capítulo XIII **Da Educação Empreendedora e do Acesso à Informação**

Art. 83 – Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover parcerias com instituições públicas e privadas, visando ao desenvolvimento de projetos de educação empreendedora, com objetivo de disseminar conhecimento sobre gestão de microempresas e empresas de pequeno porte, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e assuntos afins.

§ 1º - Estão compreendidos no âmbito do disposto no *caput* as ações de caráter curricular ou extra-curricular, voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, assim como a alunos de nível médio e superior de ensino.

§ 2º - Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação, concessão de bolsas de estudo, complementação de ensino básico público e particular, ações de capacitação de professores e outras ações que o Poder Público Municipal entender cabíveis, visando ao estímulo da educação empreendedora.

Art. 84 – Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover parcerias com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com o objetivo de transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação profissional e capacitação no emprego de técnicas de produção.

Parágrafo único - Compreendem-se no âmbito do disposto no *caput* a concessão de bolsas de iniciação científica, a oferta de cursos de qualificação profissional, a complementação de ensino básico público e particular e ações de capacitação de professores.

Art. 85 – Fica o Poder Público Municipal autorizado a implantar programa para fornecimento de sinal de Internet em banda larga via cabo, rádio ou outra forma, inclusive wireless (Wi-Fi), para pessoas físicas, jurídicas e órgãos governamentais do Município.

Parágrafo único - Caberá ao Poder Público Municipal estabelecer prioridades no que diz respeito ao fornecimento do sinal de Internet, valor e condições de contraprestação pecuniária, vedações à comercialização e cessão do sinal a terceiros, condições de fornecimento, assim como critérios e procedimentos para liberação e interrupção do sinal.

Art. 86 – O Poder Público Municipal poderá instituir programa de inclusão digital, com o objetivo de promover o acesso de micro e pequenas empresas do Município às novas tecnologias da informação e comunicação, em especial à Internet.

Parágrafo Único – Compreendem-se no âmbito do programa referido no *caput* a abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito e livre à Internet, o fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação, a produção de conteúdo digital e não-digital para capacitação e informação das empresas atendidas, a divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da Internet, a promoção de ações, presenciais ou não, que contribuam para o uso de computadores e de novas tecnologias, o fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação, e a produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.

Art. 87 – Fica autorizado o Poder Público Municipal a firmar convênios com dirigentes de unidades acadêmicas para o apoio ao desenvolvimento de associações civis, sem fins lucrativos, que reúnam individualmente as condições seguintes:

- I** – Ser constituída e gerida por estudantes;
- II** – Ter como objetivo principal o de propiciar, a seus partícipes, condições de aplicação de conhecimentos teóricos adquiridos durante seu curso;
- III** – Ter entre seus objetivos estatutários o de oferecer serviços a microempresas e a empresas de pequeno porte;
- IV** – Ter em seu estatuto discriminação das atribuições, responsabilidades e obrigações dos partícipes;
- V** – Operar sob supervisão de professores e profissionais especializados.

Capítulo XIV **Da Responsabilidade Social, Comércio Justo e Solidário e Meio Ambiente.**

Art. 88 - As empresas instaladas no município só poderão gozar de incentivos fiscais e tributários definidos em lei quando comprometerem-se, formalmente, com a implementação de pelo menos 5 (cinco) das seguintes medidas:

- I** – Preferência em compras e contratação de serviços com microempresas e empresas de pequeno porte, qualificadas como fornecedoras locais;
- II** – Contratação preferencial de moradores locais, em seu quadro empregatício;

- III** – Reserva de um percentual de vagas para portadores de deficiência física;
- IV** – Reserva de um percentual de vagas para pessoas maiores de 50 anos;
- V** – Disposição seletiva do lixo produzido, para doação dos itens comercializáveis a cooperativas do setor ou a entidades assistenciais do município;
- VI** – Manutenção de praça pública e restauração de edifícios e espaços públicos, que expressem a importância histórica e econômica do município;
- VII** – Adoção de atleta residente no município;
- VIII** – Oferecimento de estágio remunerado para estudantes universitários, ou de escolas técnicas locais, sob a proporção de um estagiário para cada 30 empregados;
- IX** – Decoração de ambientes da empresa com obras de artistas e artesãos do município;
- X** – Exposição, em ambientes sociais da empresa, de produtos típicos do município, e de importância para a economia local;
- XI** – Oferecimento de curso de educação empreendedora para empregados operacionais e administrativos;
- XII** – Oferecimento de curso básico de informática para empregados operacionais e administrativos;
- XIII** – Manutenção de microcomputador conectado à Internet, para pesquisas e consultas realizadas por seus funcionários em horários de folga, na proporção de um equipamento para cada 30 funcionários;
- XIV** – Oferecimento, uma vez por mês, aos funcionários, em horário a ser convenientemente estabelecido pela empresa, de espetáculos artísticos (teatro, música, dança) encenados por artistas locais;

XV – Premiação de associações de bairro que promovam mutirões ambientais contra o desperdício de água, promoção da reciclagem e pela coleta seletiva.

XVI – Proteção dos recursos hídricos e ampliação dos serviços de tratamento e coleta de esgoto.

§ 1º - As medidas relacionadas nos parágrafos anteriores deverão estar plenamente implementadas no prazo de 01 (um) ano após início das operações da empresa no município.

§ 2º - O teor de qualquer das medidas anteriormente relacionadas só poderá ser alterado por solicitação expressa da empresa, mediante concordância documentada da Prefeitura Municipal.

Art. 89 - O monitoramento da adoção de políticas públicas referidas neste capítulo será de atribuição do Comitê Gestor, ou por instância por ele delegada.

Art. 90 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de São João del Rei, 19 novembro de 2010.

Nivaldo José de Andrade
Prefeito Municipal

Maria Sônia de Castro
Secretária Municipal de Administração

L